



Plano de Atuação e Gestão das Promotorias de Justiça – PAPJ

01ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Imperatriz

Imperatriz/MA



© Copyright 2025, Ministério Público do Estado do Maranhão Impresso no Maranhão, Brasil / Printed in Maranhão, Brazil. Permite-se a reprodução desta publicação, em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Coordenação e supervisão

Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão

Danilo José de Castro Ferreira

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

Orfileno Bezerra Neto

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Regina Maria da Costa Leite

Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão

Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro

Ouvidora do Ministério Público do Estado do Maranhão

Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf

Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais

Ednarg Fernandes Marques

Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão

Fábio Henrique Meirelles Mendes

Diretor-Geral

Paulo Gonçalves Arrais

Secretaria de Planejamento e Gestão

Adriana Braid Ribeiro Dourado de Carvalho

Ana Beatriz Vieira da Silva

Beatriz Nery Rodrigues Chagas

Cláudio Marcelo Araújo Amorim

Guilherme Ferre da Silva

Samyr de Jesus Cutrim

01ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Imperatriz

Carlos Rostao Martins Freitas



Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
2. METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO PAPJ	5
1º Passo – Identificação:	5
2º Passo – Diagnóstico e Priorização de Demandas:	5
3º Passo - Alinhamento Estratégico	6
4º Passo - Planejamento das Ações	7
5º Passo - Gestão de Riscos	7
3. MAPA ESTRATÉGICO DO MPMA	8
4. Apresentação da 01ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Imperatriz	
– Carlos Rostao Martins Freitas	9
5. FASE DIAGNÓSTICA	10
6. PORTFÓLIO DA PROMOTORIA	11
7. DESDOBRAMENTO E ALINHAMENTO OPERACIONAL	12



1. INTRODUÇÃO

O Plano de Atuação e Gestão de Promotorias de Justiça (PAPJ) é um instrumento de gestão essencial, cujo o propósito central é converter as metas e diretrizes do planejamento estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) em atividades práticas e objetivas para as Promotorias de Justiça. Situado no nível intermediário do planejamento, o PAPJ estabelece a ligação entre os objetivos de longo prazo da instituição e a atuação finalística, em conformidade com a Recomendação nº 01/2023 da Corregedoria Nacional do Ministério Público.

No âmbito do MPMA, o PAPJ busca assegurar a eficiência, o alinhamento estratégico e o foco das ações, otimizando a alocação de recursos e garantindo o alcance estruturado e mensurável dos objetivos definidos. Adicionalmente, possibilita que as Promotorias de Justiça realizem um planejamento estratégico interno, direcionado ao cumprimento da missão institucional, à avaliação de seu desempenho e à busca por aprimoramento contínuo.

A responsabilidade pela elaboração e execução das ações planejadas no PAPJ é dos membros do Ministério Público, sendo o plano elaborado anualmente. As Promotorias de Justiça também podem aderir a programas ou projetos dos Centros de Apoio Operacional (CAOPs) de sua respectiva área de atuação. O PAPJ é passível de alteração a qualquer tempo, seja para realinhar ações em decorrência de mudanças de atribuição ou demandas sociais, seja por motivos de promoção, remoção ou substituição de membros.



2. METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO PAPJ

As etapas de elaboração do Plano de Atuação e Gestão de Promotorias de Justiça – PAPJ seguem o seguinte fluxo:



1º Passo – Identificação:

Nesse primeiro passo são preenchidas as informações inerentes à Promotoria de Justiça que está desenvolvendo ou pretende desenvolver o seu Plano de Atuação, conforme formulário elaborado pela SEPLAG.

2º Passo – Diagnóstico e Priorização de Demandas:

Nessa seção são descritos o(s) problema(s)/potencialidade(s) que motivaram a elaboração do Plano de Atuação. O(s) problema(s) deve(m) ser descrito(s) de forma clara e objetiva, e fundamentados em dados e informações, que podem ser coletados:

- Junto ao acervo de procedimentos administrativos judiciais e extrajudiciais do órgão de execução, no DIGIDOC e SIMP;
- Aos Órgãos/Instituições Oficiais de Pesquisa e Produção de Dados, como IBGE, DATASUS, INEP, IMESC, Universidades e etc;
- Por meio da realização de Audiências Públicas para coleta de demandas da sociedade onde a Promotoria está inserida.

Essas informações serão utilizadas para fundamentar a atuação da Promotoria na busca da resolutividade do(s) problema(s) identificado(s), elaborar o objetivo da proposta, além de descrever como ela promove o Objetivo Estratégico vinculado ao Planejamento Estratégico do MPMA 2021-2029.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO 2021-2029



Importante: Tendo em vista a imensa demanda de trabalho existente nos órgãos de execução, orientamos que sejam elencados de 1(um) a 3(três) demandas a serem enfrentadas por Promotoria de Justiça.

Ferramenta de apoio: Para colaborar no processo de Mapeamento das Demandas/Problemas elencados pela sociedade durante a realização da Audiência Pública ou demandas levantadas na base de dados da Promotoria, a equipe da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) desenvolveu uma Planilha que ajuda no processo de identificação e catalogação das propostas apresentadas, permitindo a classificação delas por meio da aplicação da [Matriz GUT – Gravidade, Urgência e Tendência](#). Está disponível por meio do link ao drive da SEPLAG: Através do link a seguir, é possível fazer a aplicação da MATRIZ GUT, de modo a identificar as demandas a serem priorizadas: [Aplicação da Matriz GUT.xlsx](#).

3º Passo - Alinhamento Estratégico

A partir das demandas e das potencialidades identificadas, faz-se necessário promover o alinhamento das ações a serem realizadas na Promotoria de Justiça com o Planejamento Estratégico do Ministério Público. Sendo assim, a partir do Plano vigente, identifique, para cada demanda e potencialidade, as áreas temáticas correlacionadas.

Também nesse item, é possível verificar se já existe alguma proposta de programa, projeto, iniciativa ou campanha que esteja em desenvolvimento por algum dos Centros de Apoio Operacional ou outro órgão de execução e que se adeque à necessidade da Promotoria de Justiça. Nesse caso, o membro opta por fazer adesão à proposta em questão.

Além disso, nessa etapa é definido qual o tipo de ação será desenvolvido pela Promotoria, conforme classificação elencada no âmbito do Planejamento Estratégico do MPMA em vigor: Programa, Projeto, Campanha ou Iniciativa.

- **Projeto** é um empreendimento planejado que consiste num conjunto de ações inter-relacionadas e coordenadas, com o fim de alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo, finalizando com uma “entrega” ou “produto”.
- **Programa** é um conjunto de projetos coordenados entre si de forma articulada e dinâmica, que visam objetivos comuns. A integração acontece por meio de duas modalidades, quais sejam: 1 - Desmembramento de um projeto em diversos outros projetos menores, em função de sua complexidade; 2 - Agregação de projetos relacionados e executados de forma paralela.
- **Iniciativa** é uma ação planejada e executada com o objetivo de alcançar resultados operacionais específicos, de forma rápida e eficiente.
- **Campanha** é um conjunto de ações planejadas e executadas com o objetivo de informar, conscientizar e promover a compreensão do público sobre uma determinada temática, motivando a reflexão e mudança de comportamento. Definido o tipo de ação, é hora de informar quais são os parceiros (stakeholders) que poderão contribuir para a concretização da proposta e sua execução.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO 2021-2029



4º Passo - Planejamento das Ações

A etapa de execução é o momento de implementação do projeto/programa/campanha/iniciativa. O membro do Ministério Público irá direcionar a equipe, elaborando um plano de ação para execução da proposta, constando a matriz de responsabilidades de acordo com o cronograma de atividades descrito no planejamento.

Nessa seção deve-se descrever, com detalhes, o que será realizado para a concretização do(s) resultado(s) esperado(s), com a prestação de um serviço, a entrega de um produtos etc. As etapas devem ser organizadas de forma lógica, sendo claras e objetivas. Devem ser preenchidos os campos do formulário com a seguintes informações: Número da etapa, a descrição da Etapa (atividades previstas para atingir o Objetivo), a Entrega (o serviço ou produto resultante), o nome da pessoa responsável pela execução dessa atividade e os prazos de início e término da atividade.

Ainda na fase de planejamento, é necessário a definição de indicador(es) para medir o progresso da proposta. Para isso, questiona-se: Como posso medir o alcance do(s) objetivo(s) ou meta(s) da minha proposta? Ou seja, o indicador serve para apontar se estamos no caminho certo para o alcance do(s) objetivo(s) e meta(s) que foram apontadas na fase de diagnóstico e priorização de demandas.

Por fim, deve-se especificar as informações do(s) responsável(eis) e de toda equipe envolvida na execução da proposta.

5º Passo - Gestão de Riscos

Outra atividade muito importante é a Gestão de Riscos, que nada mais é do que o processo de identificação, avaliação e tratamento de riscos, pois ajuda a garantir que seu(s) objetivo(s) sejam alcançados e que seu(s) ativo(s) sejam protegidos.

Nessa seção, deve-se identificar os eventos futuros e incertos, que têm relevância para a proposta em questão, a incidência e a gravidade destes riscos. Assim, para cada risco identificado, devem ser definidas ações para reduzir a incidência e/ou gravidade.

3. MAPA ESTRATÉGICO DO MPMA





4. Apresentação da 01ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Imperatriz – Carlos Rostao Martins Freitas

A 01ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Imperatriz de Imperatriz do Estado do Maranhão Carlos Rostao Martins Freitas tem atuação na Comarca de Imperatriz do Estado do Maranhão e suas atribuições foram definidas na Resolução nº 02, de 11 de maio de 2009, do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Maranhão.

Atualmente, tem como Promotor(a) Titularidade Carlos Rostao Martins Freitas.

Dentre as atribuições definidas pelo CPMA estão: Criminal.



5. FASE DIAGNÓSTICA

Demanda	Gravidade	Urgência	Tendência	Grau Crítico
Baixa cultura de educação e segurança no trânsito	3	3	3	27
Crimes de trânsito e direção perigosa	5	5	5	125
Infrações de trânsito e perturbação da ordem pública	4	4	4	64



6. PORTFÓLIO DA PROMOTORIA

Projeto:
Trânsito Tem Lei e Eu Cumpro



**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO
2021-2029**



7. DESDOBRAMENTO E ALINHAMENTO OPERACIONAL

FICHA MODELO: PROJETO

Problema/Potencialidade diagnosticada:	Elevados índices de crimes e infrações de trânsito no município de Imperatriz/MA, com registro crescente de condutas tipificadas no Código de Trânsito Brasileiro, como embriaguez ao volante (art. 306), direção sem habilitação (art. 309), uso de celular na direção, circulação de motocicletas com escapamento adulterado e desrespeito à faixa de pedestres, gerando risco à vida e à segurança pública urbana.
Tipo de Ação:	Projeto
Nome da Ação:	Trânsito Tem Lei e Eu Cumpro
Objetivo Estratégico vinculado PEI MPMA 2021-2029	<ul style="list-style-type: none">• Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas.• Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional.
Atuação Institucional	Essa Ação está alinhada com algum projeto institucional: (x) Não ou () Sim, qual?: _____ Banco de projetos institucionais ativos no Planejamento Estratégico 2021-2029: https://drive.google.com/drive/folders/11171JJIFZ2-loRilyWXbbVQsaiHV3c0z?usp=drive_link () Judicial (x) Extrajudicial



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO
2021-2029



**Assunto do Problema/
Potencialidade:**

- Educação
- Segurança Pública
- Cidadania
- Criminal

1. Justificativa(s) da Iniciativa (problemas e oportunidades)

A violência no trânsito constitui grave problema de segurança pública em Imperatriz/MA, evidenciado por dados empíricos consistentes. Entre abril e setembro de 2025, o SAMU registrou 1.504 acidentes, com média mensal elevada. O HMII notificou 40 casos no primeiro semestre, com predominância masculina. A PMMA contabilizou 62 acidentes (11 fatais) e 34 crimes de trânsito, destacando-se a embriaguez ao volante. A PRF registrou 61 acidentes na BR-010, com 59 feridos e 6 mortes, além de 50 crimes, 46% por embriaguez, sobretudo nos fins de semana. A SUTRAN apontou 275 sinistros e 2.970 infrações por uso de celular. O cenário revela elevada sinistralidade, reiteradas condutas ilícitas e comportamento de risco, exigindo atuação integrada do Ministério Público na repressão e prevenção, com foco na preservação da vida e da ordem pública.

2. Objetivo da Iniciativa / Meta

Reduzir a criminalidade viária e os acidentes de trânsito em Imperatriz por meio de ações articuladas de educação, fiscalização e repressão qualificada, com meta de realização de no mínimo 5 blitz integradas no semestre e impacto direto em 2.000 estudantes nas ações educativas.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO 2021-2029



3. Como a Iniciativa promove o Objetivo Estratégico vinculado ao Planejamento Estratégico do MPMA 2021-2029?

O projeto fortalece a persecução penal dos crimes de trânsito.

4. Stakeholders / Setores envolvidos

Pessoas ou organizações externas e/ou internas envolvidas ou afetadas pela iniciativa

Sugere-se incluir o contato

Nome	Email	Telefone	Público-Alvo
Carlos Róstão Martins Freitas	rostao@mpma.mp.br	99981894512	Não
Fernando Antonio Berniz Aragão	feraragao@mpma.mp.br	98991146003	Não
Glauce Mara Lima Malheiros	glaucemalheiros@mpma.mp.br	99984070909	Não
Condutores de veículos automotores de Imperatriz			Sim
Motociclistas			Sim
Pedestres e usuários das vias públicas			Sim
Estudantes de escolas públicas e privadas de Imperatriz			Sim
Estudantes universitários (IFMA, UEMASUL)			Sim
População em geral do município de Imperatriz			Sim
Polícia Civil			Não
Polícia Militar			Não



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO
2021-2029



PRF			Não
SUTRAN / SETRAN			Não
Município de Imperatriz			Não
ICRIM			Não
Corpo de Bombeiros			Não
IML			Não
Guarda Municipal			Não
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)			Não
DETRAN-MA (Ciretran de Imperatriz)	imperatriz@detran.ma.gov.br		Não

5. Etapas / Ações

Descrever, com detalhes, o que deve ser abarcado na iniciativa para a entrega do produto.

Etapa	Entrega	Responsável	Início	Fim
Instauração do Procedimento Administrativo e articulação interinstitucional	Portaria Conjunta nº 10001/2025 publicada e ofícios expedidos aos órgãos parceiros	Carlos Róstão Martins Freitas / Glauce Mara Lima Malheiros	08-09-2025	22-09-2025
Audiência Pública de lançamento da campanha	Realização da audiência pública com autoridades e instituições parceiras	Carlos Róstão Martins Freitas / Glauce Mara Lima Malheiros	31-10-2025	31-10-2025



**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO
2021-2029**



Regulamentação das corridas de rua — TAC com grupos de corrida e SUTRAN	Ata de reunião e minuta do Termo de Ajustamento de Conduta	Glauce Mara Lima Malheiros	06-11-2025	18-11-2025
Reuniões com SUTRAN e DNIT sobre melhorias na infraestrutura viária	Registro das reuniões e encaminhamentos sobre o elevado e sinalização	Glauce Mara Lima Malheiros	17-11-2025	17-11-2025
Blitz educativas de panfletagem e conscientização nas vias públicas	Relatórios de atividade das blitz realizadas	Carlos Róstão Martins Freitas / Glauce Mara Lima Malheiros	05-12-2025	31-12-2025
Ações educativas nas escolas, universidades e eventos comunitários	Registros de participação, palestras e materiais distribuídos	Carlos Róstão Martins Freitas / Glauce Mara Lima Malheiros	01-10-2025	31-12-2025
Avaliação de resultados e continuidade da campanha	Relatório semestral de resultados e planejamento das próximas ações	Carlos Róstão Martins Freitas, Fernando Antonio Berniz Aragão e Glauce Mara Lima Malheiros	01-01-2026	31-12-2026

6. Gestão de Risco (descrever eventos futuros e incertos, que têm relevância para o projeto, a incidência e a gravidade destes riscos)

Descrição do Risco	Incidência	Gravidade	Ações de Mitigação	Responsável
Descontinuidade e da participação dos órgãos	média	alta	Realizar reuniões periódicas do Grupo de	Carlos Róstão Martins Freitas / Glauce Mara Lima Malheiros /



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO
2021-2029



parceiros nas ações			Trabalho e formalizar compromissos via Termos de Cooperação Técnica	Fernando Antonio Berniz Aragão
Resistência cultural da população às mudanças de comportamento no trânsito	alta	media	Intensificar ações educativas contínuas nas escolas, universidades e espaços públicos	Carlos Róstão Martins Freitas / Glauce Mara Lima Malheiros / Fernando Antonio Berniz Aragão
Falta de recursos operacionais e logísticos para realização das blitz	media	alta	Buscar apoio institucional junto à PM, PRF, SUTRAN e Guarda Municipal mediante planejamento prévio das operações	Carlos Róstão Martins Freitas / Glauce Mara Lima Malheiros / Fernando Antonio Berniz Aragão
Reincidência de infrações e crimes de trânsito mesmo após as ações	alta	alta	Manter fiscalização ostensiva e permanente com encaminhament o penal imediato nos casos flagranteados	Polícia Militar / PRF / Polícia Civil

7. Indicador

Realizações parciais, passíveis de medição em determinado espaço de tempo, de um ou mais objetivos estratégicos, bem como respectivas métricas, especificando previsões de cumprimento.

Descrição	Fórmula	Periodicidade	Meta 1	Meta 2
Número de	Total de blitzes	Semestral	5	5



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO
2021-2029



blitz realizadas	realizadas no período			
Ações educativas realizadas	Nº de ações realizadas/ Nº de ações planejadas x 100	Semestral	80%	80%
Número de estudantes e cidadãos alcançados pelas ações educativas	Soma de participantes registrados nas ações em escolas, universidades e vias públicas	Anual	2500	2500
Índice de Produtividade Operacional	Número de blitz que resultaram em procedimentos criminais ou administrativos / Total de blitz realizadas no período x 100	Mensal	30%	40%
Índice de Redução de Sinistros de Trânsito em Vias Fiscalizadas.	Total de sinistros no período anterior - Total de sinistros no período atual/ Total de sinistros no período anterior X 100	Mensal	10%	15%

8. Equipe da Promotoria de Justiça

Especificar as informações do (s) responsável (eis) e da equipe da iniciativa.

Nome	Cargo	Email	Telefone
Carlos Róstão Martins Freitas	Promotor de Justiça		
Glauce Mara Lima Malheiros	Promotora de Justiça		
Fernando Antonio Berniz Aragão	Promotor de Justiça		



Vinícius da Silva Serra	Assessor		
Eugênio Oliveira Cardins	Técnico Ministerial		

8. EXECUÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Desde a última década do século XX, a gestão pública tem sido pressionada a adotar práticas do setor privado, visando melhores resultados com menor uso de recursos. Nesse contexto, o monitoramento e a avaliação desempenham papel fundamental ao analisar não apenas processos, mas também os produtos e serviços oferecidos à sociedade. O monitoramento consiste na coleta contínua de dados sobre a execução de ações planejadas, fornecendo informações quantitativas e qualitativas sobre os progressos e recursos empregados. Já a avaliação busca interpretar os resultados obtidos, identificando causas de sucesso ou fracasso para orientar decisões corretivas no planejamento e na execução estratégica.

No Ministério Público do Maranhão (MPMA), o planejamento estratégico inclui monitoramento e avaliação como ferramentas essenciais para garantir a execução eficaz dos planos e alcançar os objetivos institucionais. O Plano de Atuação das Promotorias de Justiça - PAPJ, elaborado com ampla participação de membros e servidores, alinha metas e indicadores das áreas às diretrizes estratégicas, destacando-se pela estruturação de uma sala de situação (painéis de BI), reuniões periódicas em níveis estratégicos, táticos e operacionais, e o desenvolvimento de um sistema informatizado para gestão estratégica.

Esse modelo exige esforços coletivos e o patrocínio da alta administração, especialmente do Procurador-Geral de Justiça, para superar resistências culturais e incorporar a prática de monitoramento no cotidiano institucional. Apesar dos desafios, os benefícios são claros: maior produtividade, uso otimizado de recursos e fortalecimento da imagem institucional perante a sociedade, consolidando o MPMA como referência em gestão pública estratégica.